

Relatório Oficinas de Gênero e Desenvolvimento Comunitário
José Andrade - Agosto, 2005.

Introdução

Minhas tarefas nas oficinas de desenvolvimento comunitário e gênero foram de ser o facilitador para a aplicação da metodologia do mapeamento do corpo para os participantes homens e de realizar dinâmicas no início e final dos trabalhos. Posteriormente, além das tarefas já citadas, fiquei responsável também de aplicar a metodologia do desenvolvimento comunitário para o grupo de participantes de Pirapora.

1. Mapeamento comunitário

Já na oficina realizada no Beira Rio, apesar de não estar com essa tarefa, desempenhei o papel de facilitador dessa metodologia no grupo de Três Marias. Junto comigo estavam Sara (WFT) e Carol (UFSCar), essa última estava com a tarefa de fazer a relatoria das discussões e levantamentos realizados no grupo. O projeto definido foi o Clube de Cinema, demanda essa que surgiu dos jovens presentes. O grupo era bastante heterogêneo, composto por pessoas de diversos bairros da cidade de Três Marias. A maior parte do grupo era feminino, participando quatro homens e seis mulheres.

O grupo desenvolveu um levantamento muito preciso sobre os recursos existentes no município e a participação das pessoas ocorreu com razoável igualdade entre os participantes até certo ponto, apesar do grande número de membros representantes da prefeitura do município. Esse número de representantes foi excessivo e complicou a facilitação da metodologia, prejudicando, em certa medida, o desenvolvimento natural do processo. Por possuírem uma formação diferenciada, essas pessoas acabaram intervindo excessivamente nas discussões do grupo, intimidando alguns membros da comunidade de se manifestarem mais vezes. Isso foi resolvido pela mediação dos facilitadores, principalmente no momento de elaborar o projeto.

O levantamento dos recursos e dos problemas existentes ocorreu sem maiores problemas. Uma dificuldade encontrada, a meu ver, foi durante a identificação de quem controlava os recursos. O surgimento de um número muito amplo de recursos, com as mais variadas características, causou certa confusão entre o usufruto e o controle dos recursos pelos gêneros, ocasionando pequenos desentendimentos que não comprometeram a qualidade do debate em torno da questão.

Outra dificuldade relacionada ao número alto de recursos e de problemas levantados foi a decisão de qual demanda ou problema seria usado para elaborar o projeto. A falta de uma delimitação da localidade em que se concentraria o mapeamento, permitiu que todo o município fosse identificado como uma comunidade, fato que não corresponde à realidade. Com isso, a escolha do

problema foi muito difícil, obrigando-nos a direcionar de forma excessiva o debate pelo alto número de opções existentes e pela falta de tempo necessário para encaminhar com mais calma o processo. Outro fator que contribuiu para que isso acontecesse foi a forma como um dos membros da prefeitura tentou impor a sua escolha ao grupo, sem dar espaço para outras possibilidades levantadas serem também discutidas da mesma forma, dando um certo trabalho para tornar mais democrática a escolha.

Ao mesmo tempo que foram encontradas certas dificuldades, o projeto elaborado correspondeu a expectativa da metodologia, pois é factível de ser realizado, atendeu as demandas dos participantes e é relevante para o município. Se a falta de lazer é um problema crônico de cidades maiores, principalmente para a população que mora nos bairros periféricos, quando tratamos de cidade pequenas, como Três Marias, o lazer é simplesmente tratado como um penduricalho eleitoral ou não é discutido com seriedade pelas administrações públicas.

Além do poder mobilizador, por seu caráter lúdico, a apresentação de filmes pode ser uma ferramenta educativa muito eficaz a ser utilizada pelo próprio projeto. Tivemos a oportunidade de observar na realidade esse potencial durante a oficina, quando utilizamos esse recurso. Além disso, esse espaço pode causar um impacto muito positivo que torne ainda maior o reconhecimento do Projeto CIDA pelas famílias dos pescadores de Três Marias.

Outro aspecto positivo dessa escolha é a viabilidade de sua aplicação na prática, pois são necessários apenas três equipamentos que são perfeitamente possíveis de serem encontrados na prefeitura: o projetor (*data show*), caixa de som amplificada e os filmes em si. Caso isso não seja possível, uma alternativa seria contactar algumas fundações que proporcionam equipamentos de projeções, saída que daria um pouco mais de trabalho, mas que proporcionaria um conhecimento ao grupo de grande utilidade, que seria o de escrever projetos mais elaborados para buscar recursos externos. Talvez seja, para isso se concretizar, necessário um acompanhamento mais sistemático de um membro da equipe de facilitadores com o intuito de auxiliar nesse empreendimento, mas podendo ser viável sem o mesmo. Caso as dificuldades sejam grandes para ambas saídas, creio ser interessante o projeto apoiar a iniciativa, pelo menos nas primeiras ações do grupo, emprestando o *data show* para projetar as primeiras sessões. Esse êxito inicial pode fortalecer o grupo pela realização prática do projeto, estimulando-o a se desenvolver e buscar recursos externos, caso não haja apoio de instituições ou do poder público local.

Em relação a minha intervenção propriamente dita, gostaria de ressaltar um fato ocorrido durante o levantamento dos recursos. Uma mulher, moradora de um dos bairros mais pobres e desestruturados da cidade de Três Marias, ao ser perguntada sobre os recursos existentes em seu local de moradia, respondia insistentemente que não havia nenhum em sua região. A partir de sua resposta, questionei se onde ela morava haviam pessoas, já que essas são a matéria prima fundamental para qualquer tipo de ação transformadora. Ao compreender a pergunta, respondeu

positivamente e acabou identificando uma cooperativa de costureiras - da qual ela fazia parte - como um recurso importante existente em seu bairro. Com essa mudança em sua percepção, esta passou a identificar outros recursos existentes e que, até então, não eram reconhecidos por ela, fazendo com que valorizasse mais sua comunidade. Acredito que esse resultado preliminar deve ser muito valorizado, pois se trata de uma mudança profunda sobre o seu modo de ver a realidade que a envolve, abrindo um espaço maior para que a mesma se estimule a intervir em seu ambiente.

Já no caso da oficina realizada em Ibiaí, onde fiquei responsável atuar como facilitador do grupo de Pirapora, algumas dificuldades puderam ser previstas e corrigidas previamente. A mais importante foi delimitar a área a ser mapeada como apenas os bairros localizados a beira do Rio São Francisco, particularmente o Nossa Senhora da Aparecida, onde se situa a colônia de pescadores. Essa delimitação foi fundamental para o bom andamento da metodologia, tornando o processo de identificação dos recursos mais fácil e compreensivo para o grupo.

Outra correção foi ter retirado o levantamento e a apresentação dos problemas existentes na comunidade, permitindo mais tempo de dedicação a escolha do problema e a elaboração do projeto. Outro fato que contribuiu para o bom andamento dos trabalhos foi a melhor orientação sobre o funcionamento da metodologia, não em termos de conteúdos da explicação, mas a forma como foi realizada, apresentando o esquema de funcionamento passo-a-passo através de recursos visuais (as cartolinas escritas).

O processo de elaboração do projeto e o resultado final foram muito satisfatórios, já que a opção escolhida se mostrou factível de se realizar e encaminhou-se, ainda na oficina, as tarefas iniciais do grupo. O que Pirapora escolheu foi fortalecer e revitalizar a associação de bairro do Nossa Senhora da Aparecida, há muito tempo parada.

A dificuldade encontrada foi semelhante a ocorrida no Beira Rio. O número excessivo de representantes das prefeituras de Pirapora acabou por intimidar a expressão dos membros da comunidade, não respeitando o tempo dos representantes das comunidades.

2. Mapeamento do Corpo

De maneira geral, a receptividade da metodologia foi surpreendente. Diferente da expectativa da equipe coordenadora, os primeiros pontos a serem identificados não foram àqueles mais relacionados ao prazer sexual, e sim aos sentimentos de afetividade, amor e carinho, apontados principalmente nas regiões dos braços, peito, pescoço e rosto. Os pontos do corpo mais ligados ao prazer sexual surgiram depois de um razoável tempo o que demonstrou uma certa timidez inicial em discutir o assunto.

A condução de toda a discussão foi muito madura, permitindo o desenvolvimento da oficina sem problemas de qualquer espécie. A característica fundamental foi o destaque dado a racionalidade, característica do perfil tradicional do homem distanciado de um debate mais ligado a sensibilidade e a emoção. Mas, apesar disso, com o decorrer do tempo, todos foram ficando mais a vontade e, de forma surpreendente, manifestaram-se mais a respeito desse assunto.

Em relação aos pontos de dor, a ênfase foi dada às conseqüências do trabalho ao corpo masculino. Muito da discussão foi ligada a esse tema, ou seja, as dores que os trabalhos precários, perigosos, sem equipamentos de proteção e desgastantes causam traumas corporais nas regiões das costas, dos braços e das pernas. As dores específicas dos pescadores surgiram na maioria dos casos, nos braços e pernas, respectivamente causados pelo movimento repetitivo de lançar a rede e a exposição constante as variáveis metereológicas (frio, chuva e calor).

Uma diferença sutil entre o grupo do Beira Rio e de Ibiaí, foi a ênfase do debate durante o desenvolvimento da metodologia. Tal como no primeiro grupo, houve a presença marcante da racionalidade localizando a cabeça, e mais especificamente o cérebro, como o ponto responsável por todos os prazeres e dores existentes no corpo. Porém, o espaço dado à discussão mais sentimental e afetiva foi maior no grupo da oficina realizada em Ibiaí. Outra diferença foi causada pela apresentação do filme “As Domésticas” em Ibiaí ter sido realizada imediatamente antes do mapeamento do corpo, o que gerou um debate intenso sobre a divisão dos trabalhos domésticos e os papéis sociais determinados historicamente para homens e mulheres.

Em termos gerais, essa duas intervenções nos evidenciam que há espaço para esse debate entre os homens, pelo menos com aqueles que participaram das oficinas. Se eles não são representativos da totalidade, podemos considerá-los então, como aliados para contribuir na discussão com outros homens ou, quem sabe, capacitá-los para atuar com essa temática de alguma forma, o que resultaria bons resultados, em minha opinião, por serem membros da comunidade e se relacionarem como iguais com os mesmos.

Por outro lado, o fato de ter havido uma boa receptividade dos participantes homens sobre a temática da situação da mulher não significa que se transforme em mudança de postura. Sou da opinião de que o fato de ter consciência não gera, necessariamente, mudança de comportamento. Na verdade, a impressão que ficou foi que esses homens têm apenas um discurso não opressor, onde somente alguns deles se comportam dessa forma. Mas deve ser muito valorizado essa consciência existente entre os homens que participaram das oficinas, pois essa percepção é um avanço na diante das circunstâncias que existem nas regiões. Mesmo que ainda não se transforme em ação prática, ela é meio caminho andado para se chegar até lá. Talvez, caso haja continuidade nesse trabalho, valha a pena dar um destaque às estratégias que investiguem as causas dessa separação entre discurso e ação e interferir de forma mais localizada nesse aspecto.

3. As dinâmicas

3.1 Dinâmica de apresentação: “Nomes com movimento” (Beira Rio e Ibiaí)

A primeira dinâmica na oficina do Beira Rio realizou-se com o objetivo de apresentar os participantes e é chamada de “Nomes com Movimento”. Os participantes se dispuseram em círculo no pátio da escola e cada membro direcionou-se até o centro, realizou um movimento que o simbolizasse e disse o seu nome. A reflexão tematizada nessa dinâmica foi sobre a necessidade de conhecer, mesmo que parcialmente, os integrantes do grupo, pois apesar das diferenças de motivações, de religiões, de opiniões, entre outras, todos estavam naquela oficina com um mesmo objetivo: melhorar a qualidade de vida das pessoas presentes e da comunidade que representava.

A reflexão anterior a dinâmica buscou evidenciar para as pessoas participantes que todos possuíam individualidades distintas que deveriam ser respeitadas e levadas em consideração, pois traziam consigo um conhecimento e uma experiência de vida que, ao serem somadas, fortaleceriam a qualidade dos resultados da oficina e faria crescer o conhecimento individual de cada um presente. Esse respeito ao qual estávamos tratando, evidenciei aos participantes, não como a concordância absoluta com tudo que seria dito, anulando as divergências de opiniões. Busquei deixar claro que o debate enriqueceria mais ainda, já que divergir significa trocar experiências e, portanto, gerar aprendizados novos a todos.

Essa foi a reflexão central das dinâmicas de apresentação, que foi igualmente realizadas em ambas as oficinas. A única diferença é que no Beira Rio as pessoas que não estavam no centro não precisavam repetir o movimento nem o nome da pessoa que estava se apresentando, enquanto que em Ibiaí isso aconteceu. Acredito que houve uma melhor receptividade de Ibiaí sobre essa dinâmica justamente por causa dessa pequena alteração, que permitiu uma maior concentração no nome das pessoas, ao mesmo tempo em que ocorreu um maior divertimento. Uma última observação sobre essa dinâmica foi que as pessoas repetiram muito um mesmo movimento, mostrando que deveria ter havido uma orientação mais clara sobre a necessidade de se diversificar os movimentos apresentados.

3.2 Dinâmica sobre confiança no grupo: “Fortaleza”

Essa atividade foi desenvolvida apenas na oficina em Beira Rio, e consistiu dispor o grupo em círculo, onde todos deram as mãos, encostando os pés com uma semi-abertura das pernas. A partir disso, as pessoas foram numeradas e identificadas com o número 1 e 2, onde ao comando do mediador as pessoas identificadas com o número 1 deveriam projetar o corpo para frente e os de

número 2 para trás, sem largar as mãos e sem mexer os pés do lugar. Depois, esse procedimento foi invertido.

A reflexão dessa dinâmica buscou tematizar a necessidade de haver confiança no coletivo como condição de obter sucesso nos trabalhos propostos pela oficina de desenvolvimento comunitário e gênero. A confiança foi mostrada ao grupo como condição fundamental para organizar a comunidade e resolver os problemas existentes.

A realidade difícil de desemprego, de pouco dinheiro, de falta de educação, saúde, de solidariedade e união entre as pessoas. Todos esses aspectos são agravados pela ausência de pessoas, grupos, companheiros e companheiras que nas quais se pode depositar confiança. Dessa forma, a solidão e o enfraquecimento são inevitáveis. Quando é dito que é necessário confiança não significa sair confiando em todos que surjam na frente. É preciso ter sensibilidade para confiar em quem merece a confiança, quem seja solidário, honesto e tudo mais que seja necessário para que isso aconteça.

Para finalizar, foi dito aos participantes que a dinâmica só funcionaria se houvesse confiança um no outro, e que dependia da participação ativa de todos envolvidos no desafio. Dessa forma, o coletivo seria coeso e forte o suficiente para desenvolver a dinâmica com êxito. Não seria necessário haver participantes fortes e musculosos, pois a força que sustentaria o corpo dos participantes seria a união de todos, juntamente com a confiança na pessoa ao lado.

Podemos destacar nessa dinâmica é o quanto ela permite perceber a insegurança dos participantes confiarem nas pessoas ao lado em segurá-las para que não caiam no chão. Inicialmente, isso é muito presente, mas com o decorrer das orientações e reflexões do mediador, as pessoas vão se soltando mais e percebem que o que vai sustentá-las é a força e a contra força exercida pelo grupo todo, e não apenas de uma pessoa. Com isso, foi possível sensibilizar os participantes para a importância de cada um exercer seu papel ativamente, como condição fundamental para o sucesso de um trabalho em grupo. Uma ressalva a ser feita em relação a essa dinâmica é o cuidado que se deve ter quando haver muito participantes idosos, pela possibilidade de haver alguma espécie de lesão.

3.3 Dinâmica de organização: “Escravos de Jó”

A aplicação dessa atividade ocorreu somente no Beira Rio, no início dos trabalhos do período da tarde. Essa brincadeira utiliza uma cantiga popular brasileira ainda muito usada nos rincões desse país, assim como continua sendo um jogo ainda muito praticado no interior. A cantiga é a seguinte: *“Escravos de Jó, jogavam o caxangá. Tira, põe, deixa ficar. Guerreiros com guerreiros fazem zigue-zigue zague (repete mais uma vez)”*. Na adaptação para a dinâmica, a cantiga se mantém, mas a brincadeira se faz com as próprias pessoas do grupo, que funciona da seguinte maneira, descrita abaixo.

Em círculo, as pessoas de frente ao centro, darão pequenos saltos ao ritmo da música, cantada por todo o grupo, para um mesmo lado combinado com todos. No momento em que chegar o trecho: *“tira, põe, deixa ficar”*, as pessoas, respectivamente, terão que saltar para dentro do círculo, voltar para o mesmo lugar e permanecer parado. Já quando chegar o trecho *“zigue, zigue-zague”*, respectivamente, saltarão para frente, para trás e novamente para frente.

Inicialmente a brincadeira não fluiu, pois havia pessoas que não prestaram atenção nas orientações dos passos e outras não conseguiram ter coordenação para fazerem os passos. Nesse momento foi possível refletir sobre a necessidade do trabalho em grupo ser organizado, pois no caso de não ser, a ação prática também não flui, assim como na brincadeira. Depois da sensibilização, a brincadeira fluiu um pouco melhor, sendo possível fazê-la em silêncio, evidenciando uma significativa sintonia entre os participantes.

3.4 Dinâmica sobre cooperação e articulação entre as pessoas: “Maquinista Habilidade” (Beira Rio e Ibiai)

Essa dinâmica, sem dúvida, foi a que melhor repercutiu entre os participantes. A dinâmica consistiu em distribuir os participantes em filas, onde apenas ao último da fila de cada grupo era permitido ficar de olhos abertos. Essa pessoa foi chamada de maquinista do trem, que tinha a responsabilidade de conduzi-lo sem bater nos outros no espaço destinado a atividade. Os comandos do “trem” eram realizados através de toques nas pessoas que estavam logo a sua frente na fila. Esses toques tinham os seguintes significados:

- Andar: um toque no meio das costas;
- Parar: um toque no meio das costas;
- Virar à esquerda: um toque no ombro esquerdo;
- Retornar à esquerda: dois toques no ombro esquerdo;
- Virar à direita: um toque no ombro direito;
- Retornar à direita: dois toques no ombro direito.

Realizada a explicação, a reflexão sobre essa dinâmica buscou sensibilizar os participantes para utilizarem outros sentidos do corpo, principalmente aqueles não ligados a visão, tão usados em nosso cotidiano. O objetivo disso foi “preparar o terreno” para a metodologia do mapeamento do corpo que foi realizado no mesmo dia. Além disso, foi enfatizado a importância da articulação e a comunicação entre as pessoas para que se conseguisse cumprir o desafio, que era de não se trombarem no espaço destinado a atividade.

Foi possível também sensibilizá-los para a necessidade da cooperação entre o grupo como condição imprescindível de cumprir com o desafio proposto pela dinâmica, permitindo extrapolar o exemplo circunscrito a atividade para o desafio de colocar em prática o projeto recém elaborado.

3.5 Dinâmica de encerramento sobre a rede social e superação de dificuldades: Ata e desata (Ibiaí)

Primeiramente, o grupo foi disposto de forma aleatória no pátio da escola. A tarefa da atividade era pegar o rolo de corda e passar para alguém próximo, até passar por todas as pessoas. Ao ser passada a corda, cada um deveria dizer uma palavra que representasse o sentimento que carregava consigo no momento de finalização da oficina. A sensibilização dessa atividade foi discutir a importância de construir uma rede social que buscasse trocar experiências e conhecimentos entre os diversos municípios ali representados para fortalecerem-se mutuamente, contribuindo para que os projetos elaborados se concretizem.

O ponto mais importante foi discutir com o grupo sobre as dificuldades que possivelmente todos os grupos enfrentariam após a finalização da oficina para realizarem seus projetos. Nesse sentido, a dinâmica propiciou uma sensibilização muito interessante, pois a corda acabou sendo curta para o número de participantes, coisa que não impediu se adaptassem as condições adversas (a falta de material necessário) e conseguissem desenvolver a tarefa que existia inicialmente (envolver todos com a corda). Com essa experiência, acredito que ficou simbolizado metaforicamente que apesar das dificuldades e restrições impostas pela realidade, elas são passíveis de serem superadas para que os projetos possam ser implementados concretamente.

Relatório e contribuições gerais sobre as Oficinas de Desenvolvimento Comunitário e Gênero realizadas nos municípios de São Gonçalo do Abaeté e Ibiaí

1. Aspectos Gerais

As oficinas de Desenvolvimento Comunitário e Gênero realizadas nos municípios de Três Marias e Ibiaí, de forma geral, alcançaram os objetivos a que se propuseram. Prova disso é que todos os grupos representativos dos diversos municípios envolvidos (São Gonçalo do Abaeté/Beira Rio e Bairro Nova Esperança, Três Marias, Pirapora, Barra do Guaicuí, Ibiaí e Buritizeiro) no Projeto Peixes, Pessoas e Água saíram com um projeto bem definido, mesmo que uns sejam mais factíveis de serem realizados e outros com menos possibilidades disso acontecer.

Além disso, houve um qualitativo mapeamento dos recursos que estimulou a valorização pelos integrantes das oficinas as possibilidades existentes nas comunidades como futuros potenciais transformadores – muitas vezes não reconhecidos pelos próprios pescadores e população em geral.

Outro aspecto muito positivo foi o incipiente processo reflexivo sobre a realidade que circunda os locais de moradia dos participantes, elaborando e criando um conhecimento mais aprofundado sobre a comunidade.

Podemos dizer que o reflexo dessa intervenção social é a possibilidade de contribuir com a construção de uma identidade comunitária através de uma ação coletiva em torno de um interesse comum. Na forma de um projeto elaborado a partir das demandas dos próprios membros da comunidade, e não de algum agente externo, os participantes representantes de colônias, de organizações populares, associações de bairros ou cooperativas, buscaram soluções para os problemas enfrentados por eles, de forma independente, fortalecendo assim as comunidades enquanto pólos de resistência às desigualdades sociais existentes nas regiões dos municípios.

Todos os projetos elaborados foram as expressões exatas das necessidades mais imediatas das comunidades, já que surgiram de integrantes das próprias comunidades. Podemos até relativizar se são expressões que representam as prioridades mais emergenciais da totalidade representada, mas com certeza são representações legítimas e significam, inclusive, demandas que pertencem a um número mais amplo que os participantes, e é aí que ela se legitima.

As demandas surgiram exatamente nas áreas de maior dificuldade para o poder público solucionar essas necessidades ou onde há um evidente distanciamento da administração estatal das reivindicações locais. Os projetos elaborados são nada mais que a materialização dessas demandas e vão ao encontro do diagnóstico socioeconômico (fevereiro de 2004) das famílias de pescadores artesanais realizado nas mesmas localidades envolvidas nas oficinas.

Podemos evidenciar essa relação por alguns indicadores presentes no diagnóstico. Em relação ao Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) os municípios onde se localizam os locais de moradias de pescadores e seus familiares estão em uma posição no mínimo preocupante: *Pirapora ocupa a 158º, Três Marias 175º, Ibiaí 621º, Várzea da Palma (Barra do Guaicuí) 498º e São Gonçalo do Abaeté (Beira Rio e Bairro Nova Esperança) em 404º* (p. 3).

O número médio de moradores por domicílios encontrado no grupo de famílias de pescadores é maior que ao tamanho médio da família dos respectivos municípios. *O tamanho modal encontrado é de 4 pessoas, porém a frequência de famílias com 5 membros é bastante alta* (p.7). Esse dado, associado a renda *per capita* familiar de até (inclusive) meio salário mínimo para 51,5% da população pesquisada, nos mostrando que essas famílias estão expostas a uma pobreza material muito intensa.

Detalhando melhor os dados referentes a renda ainda, podemos destacar que 39,2% (aproximadamente 165 famílias) das famílias entrevistadas possuem renda per capita familiar, em média, na faixa de 0,21 a 0,5 salários mínimos, assim como 19% (aproximadamente 80 famílias)

estão localizados na faixa de 0,51 a 0,75, lembrando-se que o valor do salário mínimo da época em que foi realizada a pesquisa censitária era de R\$240,00, bem observado pela autora do relatório.

Esses números estatísticos nos dizem muita coisa, ao mesmo tempo que não responde outras. Sabemos que os valores encontrados – por mais graves que sejam dessa forma – estão tabulados como médias dos valores absolutos encontrados. Isso significa que temos famílias que se encontram em situações “menos piores”, mas temos o “mesmo número” de famílias em situações de extrema pobreza material. Outro elemento que nos evidencia diferenças importantes dentre esses números, são o fato de que, nas famílias não são todos que trabalham ou geram renda de forma autônoma.

Por isso, diferente da análise da renda per capita familiar, ou seja, onde é estabelecido uma média de salário independente da faixa etária do membro da família, sabemos que não são todos que contribuem com a renda familiar na realidade e, portanto, podem existir rendas familiares menores ainda por haver muitas crianças pequenas. Possibilidade essa que aumenta muito quando visualizamos os dados sobre o número médio de membros que compõem a família do pescador.

A conseqüência imediata é o trabalho infantil pela necessidade de complementação da renda familiar, insuficiente para manter-se as necessidades básicas e, conseqüentemente, a saída da escola. Se observarmos os dados de escolaridade, podemos comprovar, de certa forma, a afirmação acima. *“Nas idades que vão da educação infantil ao ensino superior, no total das localidades, 27% da população não frequenta escola, e 5,4% nunca a frequentou”* (p. 16), e representam, respectivamente, em valores aproximados, 113 e 22 jovens em idade escolar.

Com esses importantes e insuficientes dados, e sem estudá-los mais profundamente, podemos constatar problemas estruturais históricos que as famílias dos pescadores vêm carregando como herança a tempos e trazem consigo uma série problemas para a formação social dessas famílias, como uma baixa auto-estima, a desvalorização da própria identidade enquanto pescadores, a baixa participação política, facilidade para a reprodução de preconceitos e opressões de gênero, raça e sexo.

O que queremos mostrar com essa argumentação é que, o fato de surgirem demandas históricas e estruturais, na medida que são essenciais para a melhoria da qualidade de vida das famílias, torna-se um fator de grande importância para o sucesso dos objetivos propostos da oficina. Isso porque se tratam de interesses que submergem de uma necessidade sentida no cotidiano da vida de pescadores, familiares de pescadores e membros das comunidades, e que foram canalizados para um projeto de ação prática, construído coletivamente com uma participação efetiva dos sujeitos ao longo de todo processo de reflexão, discussão e criação.

Dessa forma, as oficinas foram efetivas por buscar romper a tão presente divisão social do trabalho que atinge a maioria absoluta da população, e presente em muitas pesquisas com

intervenção social. O processo de trabalho realizado dessa forma – buscando minimizar a fragmentação entre teoria e prática – gera mobilização para a ação porque os agentes participantes se apropriam e compreendem todo o processo de trabalho, entendendo desde os objetivos até o reconhecimento dos sujeitos que se beneficiarão com a ação proposta. Diferente disso é o trabalho fragmentado, que permite ao trabalhador apenas a participação em determinadas partes do processo, na maioria dos casos, como meros executores de uma tarefa estranha.

A falta de um cinema na cidade de Três Marias, a necessidade do fortalecimento das associações de bairros das comunidades do Beira Rio (ou Nova Esperança, confirmar?) e do Nossa Senhora da Aparecida de Pirapora, os vários projetos para a geração de renda (Projeto Curvina em Ibiaí e a feira do peixe em Buritizeiro, cooperativas de costureiras (citar município)) surgiram como tentativas de solucionar os problemas aos quais estávamos identificando nos dados apresentados, principalmente aqueles ligados a geração de renda, obviamente.

Por outro lado, vimos surgir outras demandas ligadas a aspectos sociais fundamentais para uma sociedade pautada pela “democracia”: falta de opções de lazer, fiscalização ambiental comunitária, educação ambiental, projetos para o fortalecimento da identidade cultural, ao turismo, só para citar algumas. Esses “resultados” da oficina devem ser muito valorizados, pois surgiram imersos numa realidade de muitas dificuldades e barreiras históricas para se construir uma emancipação econômica e social dessas famílias.

Ressaltar a experiência vivenciada pelos membros da comunidade com os representantes do poder público durante a oficina, por contraditória que tenha sido, é relevante na medida em que, de certa forma, permitiu um debate menos distante do que nos espaços institucionais de participação política popular proporcionados pelas prefeituras, no caso de municípios que existem esses dispositivos, obviamente.

Depois dos aspectos mais ligados ao desenvolvimento comunitário, relacionados até aqui, apontamos também como impacto positivo das oficinas as apresentações de filmes temáticos, trabalhados como ferramentas pedagógicas para problematizar aspectos referentes a oficina. A linguagem audiovisual ficcional ou documental, desde que haja preocupações relativas a seleção dos títulos, a conteúdo, adaptação ao público alvo, objetivos da projeção e a estética presente, são uma qualitativa “tradução pedagógica” do que se deseja discutir com um público tão peculiar como o que participou dessas oficinas, que contou inclusive com idosos e jovens que não sabiam ler.

Já em relação a temática gênero, os resultados das oficinas são incipientes e mostrou a necessidade da equipe aprofundar o debate sobre essa questão, principalmente aos objetivos estratégicos que é desejado com esse trabalho. Dizemos isso porque se analisarmos as oficinas realizadas podemos dizer que houve dificuldade e uma certa confusão relacionada ao objetivo do trabalho. Havia diferentes expectativas e concepções de como trabalhar a questão que não foram

socializadas com o conjunto da equipe. O que queremos dizer é que não houve um debate anterior com a equipe para se homogenizar as diversas opiniões e concepções sobre as bases teóricas em que íamos trabalhar.

Inicialmente, foi possível identificar uma preocupação da equipe com as possíveis reações negativas do público em que iríamos trabalhar. Prova disso foi a associação tática das metodologias de desenvolvimento comunitário com a questão de gênero. O argumento central para justificar ao público das oficinas foi o de incluir nos projetos que seriam elaborados o conhecimento e habilidades femininas, o que aumentaria as chances dos empreendimentos obterem sucesso.

Isso não significa que no decorrer dos trabalhos tenha-se evitado tocar nas questões sobre a opressão da mulher, pois o mapeamento dos recursos por gênero, do corpo e o debate sobre o filme propiciaram esse momento. Porém, não tínhamos um caminho comum definido até onde iríamos com a temática.

Mesmo com a discussão anterior a realização da oficina - de que não havia uma expectativa muito avançada sobre os possíveis frutos desse debate pela preocupação já citada acima - a equipe não teve um direcionamento claro sobre o que queríamos com essa oficina, mesmo que fosse apenas sondar a receptividade do público em torno da temática para aprimorar uma intervenção futura. Para que isso acontecesse de forma mais efetiva teríamos que ter elaborado ferramentas mais específicas para isso ou ter uma preocupação mais específica com o critério de convocação dos participantes, ou seja, chamar pessoas que minimamente representassem uma possível aversão a temática.

Se tivesse tido esses procedimentos anteriores teríamos um *feedback* mais próximo da realidade, que nos serviria para uma melhor preparação da equipe para atuar após a oficina, identificando melhor as problemáticas envolvidas na opressão da mulher existente nas localidades trabalhadas. Outra mudança seria que as pessoas convocadas a participar teriam um perfil mais sensível a discussão, acrescentando outros participantes, já que a receptividade positiva sobre o tema surpreendeu a todos da equipe e não demonstra as reações de pessoas que possuem uma compreensão mais conservadora relacionada a questão.

Na reunião de avaliação ocorrida depois da oficina realizada no Beira Rio, foi identificado uma dificuldade em trabalhar com o controle dos recursos por gênero. A principal dela foi relacionada a falta de uma resposta problematizadora mais sistematizada dos facilitadores ao levantamento obtido. O que queremos dizer com isso é que não aconteceu uma mediação do resultado (identificar quais gêneros controlam tais recursos existentes na comunidade) com o objetivo da oficina em trabalhar a questão de gênero, por não termos claro até onde queríamos levar essa discussão. Uma das possibilidades poderia ter sido a sistematização das respostas, aglutinando os recursos em ordem de

importância/impacto para a comunidade e de que gênero os controlam, e as implicações pedagógicas que decorreriam dessa realidade.

Entretanto, mesmo com a discussão, não ocorreu uma melhor sintonia da equipe sobre essa temática, já que, na nossa compreensão, havia sido estabelecido que faríamos o mapeamento dos recursos por gênero na oficina de Ibiaí e tentaríamos dar uma resposta mais sistematizada sobre o controle de tais recursos. Mas não foi isso que ocorreu, pois apenas um grupo realizou o mapeamento por gênero e não trabalhou da forma mais adequada.

Isso pode até se tratar de um pequeno detalhe, mas em uma oficina de praticamente dois dias com um conteúdo denso, o tempo decorrido de fazer essa atividade prevista poderia ter sido melhor aplicado no mapeamento dos recursos, dos problemas existentes, a elaboração do projeto ou ao mapeamento do corpo.

Essas considerações não escondem, de forma nenhuma, os resultados das oficinas sobre a questão de gênero. Um deles podemos dizer que foi a disposição do público em debater a temática, principalmente nos homens participantes, que era o centro da preocupação da equipe. No caso particular do mapeamento do corpo, em ambas as oficinas, a receptividade da discussão foi surpreendente, com uma participação muito ativa nos debates.

Um aspecto interessante a ser relatado no mapeamento do corpo masculino é que o ponto de prazer sexual foi identificado depois de outros pontos relacionados mais a afetividade, como amor, carinho e amizade, apontados pelos homens na região do coração, dos braços, das mãos, da boca, rosto e olhos. Esse fato acabou por contradizer a caracterização da equipe de facilitadores de que os primeiros impulsos seriam os pontos relacionados ao sexo. Inclusive, para que os pontos relacionados ao sexo fossem apontados, levou um tempo até maior do que se esperava, possivelmente causado por uma certa intimidação.

Uma característica presente nas duas oficinas foi uma ênfase a racionalidade, ou seja, a cabeça e mais especificamente, o cérebro, foram apontados como o principal ponto responsável pelas sensações de prazer. Uma hipótese para isso pode ser o perfil “machista” distanciado à sensibilidade e a demonstrar as emoções de qualquer espécie.

Já em relação aos pontos de dor, foi mais enfatizado no grupo de homens as dores ligadas ao trabalho, localizando regiões da coluna vertebral, braços e pernas. As dores emocionais surgiram com mais força na segunda oficina, com destaque para a dor da perda e da traição. A discussão mais relacionada as dores do trabalho permitiu ao facilitador realizar uma pergunta problematizadora: Quais são os pontos de dor no corpo das mulheres, na opinião de vocês? A partir das respostas foi possível debater a dupla jornada de trabalho das mulheres e a falta de divisão das tarefas domiciliares.

Todas as opiniões colocadas levaram a uma mesma conclusão: a justiça de se dividir as tarefas domésticas com as mulheres. Todos afirmaram a necessidade de mudanças na mentalidade machista de que os serviços domésticos afetam a masculinidade ou de que é obrigação natural da mulher cuidar da casa e o homem de trazer o sustento. Alguns relatos foram além, como de um participante que trabalhou de doméstica quando esse morava em São Paulo durante anos, conquistando a confiança dos patrões a ponto de auxiliar a filha de tarefas extremamente íntimas como auxiliar a filha do casal a colocar o absorvente na primeira menstruação.

De maneira geral, não houve polêmicas ao debate sobre a opressão existente sobre as mulheres. Algumas argumentações foram inseridas no debate pelo facilitador a partir da opinião do grupo sobre a temática. Houve participantes que se manifestaram dizendo onde estava escrito que mulher tinha que fazer o serviço de casa sozinho, outros disseram que essa espécie de serviço não interferia na opção sexual de cada um, além daqueles que se orgulhavam em dizer que faziam de tudo em casa. Houve também falas sobre a naturalização dessa forma de divisão dos trabalhos domésticos que causa uma dificuldade muito grande em realizar mudanças nesses padrões de comportamentos.

A partir dessas opiniões foi possível mediar o debate para a conclusão de que há um preconceito histórico que determina os papéis sociais de ambos os gêneros, construídos desde muito cedo para homens e mulheres. Exemplo disso é o caso das meninas, que brincam de boneca e casinha, e de meninos que jogam bola e brincam de carrinho. Ou seja, por mais que visualizemos algumas pequenas modificações, toda a formação educacional proporcionada pela unidade familiar, pelas relações sociais, pela escola e pelos meios de comunicação de massa determinam um padrão moral e de costumes que são reproduzidos e reforçados como verdadeiros, principalmente em regiões com baixo nível de escolaridade e com um repertório restrito de informações alternativas aos meios de comunicação de massa.

Outro fato importante a ser relatado, que ocorreu na oficina de Ibiaí, foi o surgimento de uma insegurança a infidelidade feminina. Quando apareceu o participante dizendo que trabalhou muitos anos como doméstico(a?), manifestou-se um debate sobre quem teria a coragem de contratar um empregado doméstico. Nesse momento, alguns participantes disseram que nunca colocariam um homem para trabalhar em casa por causa da proximidade com a esposa. Outros, porém, divergiram dessa opinião dizendo que se não houver confiança nos relacionamentos, é melhor que se desmanche.

Além disso, uma pessoa colocou com muita propriedade que essa insegurança não é privilégio dos homens. As mulheres também têm essa preocupação, e que, portanto, deve-se considerar isso na hipótese de se contratar uma mulher para ser empregada doméstica. A preocupação da traição feminina também apareceu na identificação dos pontos de dor. A discussão sobre empregada

doméstica surgiu especificamente na segunda oficina, quando foi apresentado o filme antes do mapeamento, onde abrimos um espaço de debate antes da aplicação da metodologia do mapeamento do corpo, o que enriqueceu muito os trabalhos.

De maneira geral, o que nos mostrou essas duas oficinas é que há um espaço para inserir esse debate de forma mais aprofundada. Acreditamos que o desenvolvimento da metodologia do mapeamento do corpo nos serviu como um *feedback*, como já dito anteriormente, para termos uma noção mais próxima da realidade e com essas informações, preparar melhor possíveis intervenções futuras. Acreditamos que o espaço da oficina não foi suficiente para obter resultados mais concretos de transformação dessa realidade de opressão da mulher nas localidades trabalhadas. Por mais que surgiram resultados favoráveis e uma receptividade positiva ao assunto, sabemos que na realidade cotidiana as coisas funcionam de maneira diferente, mesmo para aqueles que se expressaram como conscientes dessa problemática.

O fato de haver pessoas conscientes dessa situação desfavorável para as mulheres, não significa, em hipótese nenhuma, uma modificação na postura cotidiana dessas mesmas pessoas. Não é real pensar que uma herança preconceituosa histórica, reforçada dia-a-dia por um bombardeio informacional e pela maioria das relações sociais que envolvem essas famílias, poderá ser superada em apenas um espaço circunscrito como de uma oficina pedagógica. Porém, o que nos importa nesse momento, é que temos um conjunto de informações preciosas e que vão ser extremamente úteis para uma intervenção qualificada.

Como desdobramento imediato, seria muito importante que no próximo espaço que se debata essa questão haver um subsídio teórico mais contundente que desconstrua, “tijolo a tijolo”, o preconceito que existe sobre os papéis sociais estabelecidos para homens e mulheres. Outro fator que deve ser trabalhado é a problematização de dados quantitativos que comprovam a opressão da mulher em diversas esferas da vida social: violência doméstica, diferenças salariais entre homens e mulheres, mulheres envolvidas na política, o processo de conquista de direitos políticos, a inexistência de uma mulher presidente do Brasil entre outros que subsidiem com mais profundidade as raízes do preconceito.

Outro aspecto relevante é a explicação do porque existe um dia internacional da mulher, explicando que se trata de um dia de luta que lembra a morte de aproximadamente 100 operárias nos Estados Unidos, queimadas pelo patrão. Além disso, utilizar os dados específicos da região, como a maior escolaridade de mulheres e a renda menor das mesmas entre outros possíveis de serem trabalhados.

Por último, o fato que se evidenciou é que há uma consciência abstrata de homens que existe a opressão sobre a mulher que se expressa de forma evidente na falta de divisão das tarefas dos

serviços domésticos. Essa consciência é abstrata porque ela na significa ação prática. Talvez seria interessante refletir uma intervenção que investigasse esse distanciamento entre o discurso da oficina e como é o comportamento dos homens no cotidiano.

2. Aspectos específicos

2.1 Problemas com a metodologia do desenvolvimento comunitário para cidades

A metodologia do desenvolvimento comunitário funcionou bem para as localidades que se configuravam mais proximamente como uma comunidade, ou seja, sociologicamente **“(…) comunidade é um conceito que pressupõe igualdade, do ponto de vista de valores e modo de vida compartilhados, e relações sociais afetivas, face a face. As relações face a face implicam, para sua construção, a condição de proximidade geográfica, de contigüidade. Daí a vizinhança ser, classicamente, um tipo de comunidade”** (Diagnóstico socioeconômico de famílias de pescadores artesanais de localidades do Alto Médio São Francisco, pág. 5).

Entretanto, a aplicação do mapeamento dos recursos e da identificação dos problemas demonstrou que essa metodologia aplicada para cidades possui restrições. Não ter delimitado qual seria a comunidade em que se realizaria o mapeamento dos recursos e dos problemas gerou um número muito alto de demandas para se optar, causando uma dificuldade a mais para a escolha do problema a ser resolvido e a elaboração do projeto. Isso só foi possível de ser realizado pelo fato de ter havido uma intervenção mais direcionada dos facilitadores nesse grupo.

A delimitação, no caso de Três Marias, seria complicado da mesma forma, visto que havia moradores de diversos bairros do município participando da oficina que teriam que ser excluídos de desenvolverem projetos ligados a sua própria comunidade. Já no caso do mapeamento dos recursos da cidade de Pirapora, a experiência permitiu que identificássemos essa limitação e orientamos que o mapeamento ocorresse apenas no bairro Nossa Senhora da Aparecida, local onde fica a colônia de pescadores. Isso só foi possível também pelo fato de todos que participaram do grupo de Pirapora (pelo menos aqueles ligados a comunidade de pescadores artesanais) moravam nesse bairro, evitando dessa forma o constrangimento de ter que excluir demandas que poderiam vir de outros bairros.

2.2 Número de participantes das prefeituras

Os participantes que representavam os poderes públicos locais, em muitos momentos, dificultaram de forma significativa o desenvolvimento das metodologias empregadas nas oficinas de desenvolvimento comunitário e gênero. Essas pessoas, pelo fato de possuírem uma formação educacional (por mais relativa que essa seja) diferente da maioria dos membros da comunidade. Esse fato gerou uma sobreposição das opiniões desses representantes sobre as dos membros da

comunidade, interferindo no tempo de assimilação dos mesmos e alterando um processo que era para ser independente e autônomo.

Em muitos momentos, os representantes das prefeituras utilizavam o tempo destinado ao mapeamento da comunidade para defender, de forma indireta, os programas governamentais, chegando ao cúmulo de, em muitos momentos, transparecer uma sensação de que as prefeituras conseguissem resolver todos os problemas das comunidades.

Essa situação foi gerada por não haver uma compreensão sobre o papel dessas pessoas nas oficinas, a de serem facilitadores e não dirigentes do processo. Além da falta de uma orientação mais enfática por parte da equipe aos representantes das prefeituras sobre esse papel, o número excessivo de participantes contribuiu, e muito, para que isso acontecesse.

2.3 O papel das dinâmicas

Em se tratando de um público alvo com baixa escolaridade, acreditamos que uma preocupação central deve ser a linguagem pela qual vai se passar os conteúdos próprios das oficinas. Nesse sentido, o esquema tradicional de exposição oral, mesmo que haja atenção por parte dos facilitadores em utilizar um vocabulário acessível, não é suficiente para que os conteúdos que se deseja apresentar e se fazer compreender serem assimilados. Temos que lembrar que esse setor da população, comprovado pelo relatório socioeconômico, possui, repetimos, uma baixa escolaridade. A consequência dessa realidade é uma dificuldade em se concentrar por muito tempo, além de um tempo diferenciado para a assimilação daquilo que é desejado pela equipe.

Portanto, estratégias educacionais que se utilizem metodologias mais interativas como jogos, componentes audiovisuais, de analogias e exemplos práticos para explicar os conteúdos são essenciais para o sucesso dos objetivos propostos. Podemos dizer também, sem medo de errar, que essas pessoas são educadas pelos meios de comunicação de massa, mais especificamente a programação televisiva. Sabemos que a linguagem da televisão é um bombardeio incessante de imagens rápidas, que não propiciam espaços para a reflexão e que possuem intervalos sistemáticos. É óbvio que não devemos nos utilizar dessa mesma forma, reproduzindo-a sem crítica nenhuma. Porém, devemos considerar essa realidade para melhor preparar uma linguagem mais adequada à realidade cotidiana dessas pessoas, utilizando, inclusive, das mesmas ferramentas dos meios de comunicação de massa, mas com conteúdos que sejam próprios dos objetivos do projeto.

Por isso, acreditamos que as dinâmicas utilizadas obtiveram um resultado muito positivo, já que não se tratavam apenas de entretenimento ou de puro “quebra gelo”. Todas tentaram tematizar aspectos que seriam exigidos nos conteúdos das oficinas e buscaram preparar o terreno para que os trabalhos fossem desenvolvidos com maior qualidade.

Essas estratégias devem ser aprimoradas e mais utilizadas em próximas oficinas durante todo o tempo, e não apenas no fim e no começo dos trabalhos. Obviamente que teremos momentos onde será utilizada a exposição oral. Mas, em nossa opinião, deve ser o mais minimizado possível, pelos motivos já expostos anteriormente.

Além disso, ainda relacionado a linguagem empregada, nas apresentações do Projeto Pessoas, Peixes e Água ou na explicação das metodologias que seriam aplicadas, em alguns momentos durante a exposição oral foram utilizados alguns termos complicados de serem compreendidos pelos participantes.

Para finalizar esse tópico, uma observação importante ao nosso entender é prever para as próximas oficinas intervalos periódicos de hora em hora. Esse intervalo não significa parar as atividades ou tomar um café. Talvez elaborar sessões de alongamentos rápidos, dinâmicas ou qualquer outra espécie de atividade que reanime o grupo a concentrar-se nos trabalhos com um menor desgaste.

2.4 O material didático

A utilização de um material de apoio didático para o estudo mais aprofundado ou para consulta é uma estratégia muito eficaz para promover agentes multiplicadores dos conteúdos desenvolvidos pela oficina e auxiliam na aplicação prática após a finalização da mesma.

Entretanto, o material didático elaborado para ser entregue aos membros das comunidades, ao nosso ver, não foi o mais apropriado para que cumprisse como um material de apoio que facilitasse as ações após a oficina. Dizemos isso porque identificamos os seguintes problemas nesse material:

- Textos com muita densidade teórica e demasiados longos;
- Um texto (o principal sobre desenvolvimento comunitário) com problemas na tradução;
- Material muito extenso, sem um objetivo definido, e;
- Linguagem acadêmica com vocabulário de difícil compreensão.

Uma cartilha com uma abordagem mais direta, mais concisa e com uma linguagem mais compreensiva teria um efeito muito mais positivo do que a coletânea de textos que foi distribuída.

2.5 Preparação da equipe de facilitadores

A equipe atuou bem durante todos os momentos das oficinas desenvolvidas. Porém, esse fato não pode deixar de evidenciar que aconteceram problemas de comunicação entre os membros da equipe, principalmente durante a realização da oficina no Beira Rio, onde faltou uma divisão de tarefas mais clara. Outro ponto que dificultou um trabalho mais qualificado foi a ausência de uma

discussão mais profunda sobre as bases teórico-metodológicas que fundamentavam a oficina para o conjunto dos facilitadores pertencentes a equipe de facilitadores, para que se homogenizasse a compreensão total da oficina a todos os membros da equipe, ação que tornaria mais coesa a atuação do grupo.

2.6 Convocatória dos participantes e representatividade das demandas

Essas observações são, na verdade, mais um conjunto de dúvidas do que críticas ou afirmações absolutas. Porém, elas se fazem pertinentes para esse documento e esperamos que tenha alguma utilidade para o desenvolvimento de intervenções futuras.

Uma dúvida que permaneceu durante essas oficinas foi de saber como foi realizado o processo de convocação dos participantes para participarem das atividades desenvolvidas. Essa dúvida é importante porque tem como consequência uma determinada forma (e uma concepção) do significado de participação comunitária.

Acreditamos que, provavelmente, essa convocatória foi realizada por um(a) membro(a) das colônias para convidar os interessados em participar da Oficina de Desenvolvimento Comunitário e Gênero. Entretanto, fica a questão: Será que as pessoas da comunidade responsáveis por convidar os participantes sabiam dos objetivos da oficina? Será que elas conseguiram explicar para as pessoas as quais eram para ser convidadas esses objetivos, caso ele(a) soubesse desses objetivos?

A comunicação, como sabemos, se realiza por parte de um emissor e de um receptor da informação. Só há comunicação, de fato, quando há compreensão de ambas as partes. Por isso, se não houve uma compreensão sobre o caráter da oficina da parte de quem convidou os participantes, esse convite acabou sendo realizado sabe-se lá com quais argumentos para as pessoas, gerando diferentes expectativas e motivações para participarem dessa oficina. Mesmo se os coordenadores responsáveis em aplicar a oficina tivessem sido os responsáveis em convocar as pessoas e não houvesse uma preparação prévia do que seria explicado ao potencial participante, geraria o mesmo efeito, já que cada um, em cada município, o teria feito de uma maneira diferente.

Em nossa opinião, se o processo de convocar as pessoas fosse seguido de uma explicação mais específica, dizendo minimamente os objetivos da oficina, aumentaria ainda mais as possibilidades dos projetos elaborados resultarem em ação prática. Um exemplo de convocatória da forma como estamos dizendo seria assim, além outras informações que a equipe pudesse considerar pertinente: ***“Olha, vamos realizar uma oficina que vai ensinar como elaborar projetos para tentar atender as necessidades que tiver aqui na comunidade. Vamos usar uma técnica que chamamos de Desenvolvimento comunitário e gênero que busca identificar o que há de recursos na comunidade, ou seja, as coisas positivas que existem onde moramos e também levantaremos os problemas existentes. Com isso, vamos todos juntos tentar encontrar uma***

solução para esse problema, elaborar um projeto e aplicá-lo na prática depois da oficina, organizando um grupo que trabalhe coletivamente para discutir e implementar as ações...”.

Dizemos isso, primeiramente, por uma questão de referencial teórico-metodológico baseado na Metodologia da Pesquisa-ação (Michel Thiollent) e suas variações, que prima pela participação efetiva e horizontal dos sujeitos envolvidos na pesquisa social em todos os processos. Nesse sentido, saber o por quê e o pra quê participar da oficina é algo imprescindível para ser coerente com esse referencial.

Dessa forma, se evitaria uma possível frustração que pudesse ocorrer a um participante ao se deparar com uma oficina que não fosse ao encontro de suas expectativas, construídas anteriormente pela forma como foi feito o convite a ela. Ao mesmo tempo, acreditamos que o processo de construção da oficina realizado dessa forma aumenta as possibilidades de uma participação mais ativa durante os trabalhos, pois as motivações e as expectativas estão mais próximas da realidade do que vai acontecer.

Outra implicação de convidar as pessoas a participarem de uma oficina sem deixar claro do que ela trata, é a possibilidade de não respeitar as suas respectivas subjetividades. Nós não temos condições de saber a experiência de vida dessas pessoas em seu cotidiano, e por isso não sabemos quais são os tipos de relações sociais que as envolvem, suas visões de mundo, suas crenças, suas verdades, resumindo, sua formação social e cultural. Caso não seja feita uma convocatória como argumentamos acima, conseqüentemente ela não saberá ou saberá parcialmente os objetivos da oficina. Com isso, num final de semana vem um conjunto de pessoas que não conhecem sua realidade perguntam: quais são os problemas de sua comunidade e como vamos resolvê-los? Não seria pertinente para nós a seguinte pergunta: Será que ela quer ou pode resolver seus problemas?

Quer queiramos ou não, somos agentes externos a realidade dessas pessoas, e devemos considerar esse fato quando atuamos conjuntamente com os sujeitos da pesquisa social. Qual a nossa legitimidade de intervir numa realidade em que não estamos imersos cotidianamente, sem nem ao menos explicarmos o que será feito nas oficinas às pessoas que serão partes desse processo, permitindo-as a liberdade para optarem se querem ou não participar? De que autonomia estamos falando?

***“O nascimento de uma alma é coisa demorada,
não é partido ou jazz, em que se improvise
não é casa moldada, laje que suba fácil
a natureza da gente não tem disse me disse.
No balcão do botequim, a prosa tá parada,
Não se fala da vida, não acontece nada”.***
(O Rappa, O silêncio que antecede o esporro.)

Convidar os participantes com uma discussão prévia pode propiciar, inclusive, uma ferramenta para se alcançar com mais facilidade os objetivos propostos. Nesse caso, se houver um direcionamento para os participantes confirmados observarem na realidade recursos, problemas e demandas de mais pessoas da comunidade, além da dele, pode envolver mais pessoas no processo após a oficina, que é tornar em realidade o projeto elaborado.

Dessa forma, ao invés de se levantar somente as demandas de apenas alguns membros da comunidade – somente daqueles que estariam fisicamente participando das oficinas - poderia ser ampliado para se aproximar da totalidade dos interesses de um número maior de moradores e, portanto, uma representação mais próxima da realidade comunitária e também mais democrática.

3. Desdobramentos futuros

3.1 Acompanhamento e monitoramento

Todos os projetos elaborados possuem grandes chances de acontecerem na realidade. Entretanto, em nossa opinião, isso só será possível se houver um acompanhamento sistemático da equipe coordenadora do projeto CIDA. Quando dizemos acompanhamento, em nenhum momento, estamos querendo dizer tutelamento ou assistencialismo que interfira na autonomia dos grupos que assumiram a responsabilidade de concretizar os projetos. Só acreditamos que esses coletivos não estão suficientemente coesos e fortalecidos para desenvolverem as ações que foram decididas nas oficinas.

Além disso, acreditamos que o diagnóstico socioeconômico nos diz muita coisa e deve ser considerado quando forem discutidos os desdobramentos da Oficina de desenvolvimento comunitário e gênero. Conhecer minimamente a realidade das pessoas que participaram do processo de querer transformar essa realidade é imprescindível para uma intervenção de qualidade e horizontal. Como diz Paulo Freire, devemos caminhar da *heteronímia para a autonomia* (FREIRE, 1996. *Pedagogia da Autonomia*) e para isso devemos nos cercar de informações a respeito das condições materiais e culturais de existência das comunidades envolvidas. Por isso, a referência nos dados que existem.

Esses dados nos apontam deficiências históricas e estruturais que dificultam a auto organização. O baixo nível de escolaridade indica a ausência de uma série de conhecimentos oferecidos pela escola que impõem um ritmo e um tempo de assimilação dos conteúdos proporcionados pelas oficinas que são próprios desses membros, como já dissemos anteriormente nesse documento. Isso significa que não haverá uma compreensão automática sobre as tarefas que necessitam ser desenvolvidas somente com o espaço de dois dias de oficina. A aplicação dos projetos exige uma série de articulações e relações com conhecimentos que podem parecer simples para nós, que possuímos uma formação educacional de nível superior, mas que são complexos para

quem não possui uma experiência social anterior que proporcionasse esse aprendizado. Podemos encontrar um ou outro caso de pessoas que já possuem essa experiência, principalmente aqueles mais ligados à diretoria das colônias, porém são conhecimentos ligados ao ofício que desenvolvem desde sempre. Lembremos que não estamos falando apenas de projetos ligados a pesca ou a pescadores, especificamente.

O baixo nível de renda *per capita* familiar de apenas meio salário mínimo para 51,5% das famílias nos evidencia que há uma série de pressões objetivas prioritárias para elas se dedicarem que vêm antes de se envolverem de forma efetiva com um projeto de desenvolvimento comunitário. Essa porcentagem representa que, numa família média de 5 pessoas, cada membro hipoteticamente recebe R\$120,00 (no total R\$600,00). Se fizermos um exercício de reflexão e tentarmos imaginar uma possível distribuição dessa renda, podemos ter uma noção mais próxima da realidade prática do que significa essa porcentagem em termos de rendimentos e de gastos mensais:

Aluguel:	R\$ 200,00	R\$ 600,00 - Total de rendimentos médios
Luz+água	R\$ 50,00	<u>R\$ 400,00</u> - Gastos Luz+água
Alimentação:	<u>R\$ 150,00</u>	R\$ 200,00 - Sobra
Total:	R\$ 400,00	

Com essa hipótese de distribuição, a sobra é de apenas R\$ 200,00 para serem gastos com educação, saúde, lazer e vestuário, sem contar com telefone. Essa projeção, que lembramos, é média, nos deixa claro que há uma pressão econômica constantemente presente que pode interferir diretamente na participação das pessoas pelo fato da necessidade de se buscar rendimentos complementares para a sobrevivência, que é prioritária. Sabemos que há alguns projetos que são para geração de renda, assim como sabemos que um possível retorno financeiro desses projetos não será imediato e não há capital para investimentos. É evidente que para se buscar recursos financeiros externos são necessários uma série de articulações e de conhecimentos que esbarram no baixo nível de escolaridade das comunidades.

Essa situação se agrava quando olhamos mais atentamente os dados e identificamos que a outra metade está completa por sua maioria numa renda per capita familiar que é menor que meio salário mínimo e uma parte significativa não atinge a renda de um salário. Apenas uma pequena parcela da outra metade possui renda per capita familiar acima de um salário.

É por esse conjunto de argumentos, limitados a uma pequena reflexão de apenas dois dados do diagnóstico socioeconômico das famílias de pescadores artesanais das localidades estudadas, que acreditamos na necessidade de um acompanhamento sistemático dos coletivos que elaboraram os projetos como peça chave para o sucesso desses empreendimentos. O desenvolvimento dos projetos e dos coletivos se dará de forma diferenciada, variando de acordo com o perfil dos membros, com a necessidade que está em jogo, com o caráter do projeto entre outras variáveis. Alguns vão

precisar mais, outros menos de um impulso, mas todos, sem exceção, devem ser acompanhados de perto, sob a pena de se chegar a festa do final de ano para apresentação dos resultados haver problemas ou coletivos que simplesmente desaparecerem.

Para ilustrar essa nossa opinião, pensemos sobre dois projetos: de Buritizeiro e de Pirapora. O primeiro é de realizar uma festa cultural do peixe e o segundo é o de fortalecer a associação de bairro do Nossa Senhora da Aparecida. Ambos são perfeitamente factíveis de se realizarem.

Sábado, dia 23 de julho foi realizada a primeira reunião na colônia de Buritizeiro onde participaram todo o grupo. Isso mostra que esse coletivo está avançado em sua organização. Entretanto, ao se iniciar a reunião, o que ficou claro é que havia muita confusão na reunião sobre o que fazer primeiro. Foi possível notar que não havia organização suficiente para identificar o que fazer prioritariamente, sendo discutidas naquele momento coisas que teriam que ser definidas posteriormente, tais como divulgação, reuniões com a prefeitura, arrumar já as barracas sem ao menos definir o nome da feira, seus objetivos e o que ela teria.

Porém, no caso de Pirapora, havíamos saído da oficina com a tarefa de organizar uma reunião do grupo com a atual diretoria da associação de bairro até sexta-feira (dia 22 de julho) para iniciar a aplicação do projeto. Até hoje, dia 27 de julho, ainda não foi realizada a reunião, nem ao menos alguma articulação para realizá-la.

3.2 A questão de gênero

A partir da boa receptividade dos grupos sobre a discussão desse tema, acredito que se deve avançar para a construção de um planejamento para se delinear um plano de ação em torno dessa problemática. Mas antes, deve existir um espaço de discussão teórica entre os membros da equipe para ser homogenizado um mesmo projeto político-pedagógico de atuação, pois é sabido que há várias vertentes do pensamento que tratam sobre a opressão de gênero. Definir esse rumo comum é garantir uma atuação mais qualificada.

Nesse planejamento, além de definir as estratégias de intervenção, deve haver uma preocupação com a criação de índices para ser acompanhado o desenvolvimento dos resultados para avaliar periodicamente os impactos da atuação do projeto, em termos qualitativos e quantitativos. Os índices mais fáceis de serem identificados são os quantitativos, já que há números expressos no diagnóstico socioeconômico que representam claramente a opressão das mulheres na região, como a maior escolaridade e a menor renda comparada aos homens. Havendo alterações nesses números, a comparação já pode ser considerado como um índice de avaliação.

Entretanto, os índices mais difíceis são os qualitativos, ou seja, aqueles mais relacionados a auto estima, a percepção da opressão, a afirmação da sexualidade e a seus papéis sociais. Nesse

aspecto, há a necessidade de um maior aprofundamento teórico-metodológico para se elaborar formas de se verificar a evolução dos resultados.

4. Considerações finais

Primeiramente, torna-se fundamental afirmar que esse relatório tem como objetivo central contribuir com o trabalho que desenvolve o Projeto CIDA com os pescadores e seus familiares. Em nenhum momento foi intenção desse documento desconsiderar a realidade prática e as condições que envolvem esse trabalho. Em segundo lugar, essas observações são frutos de uma pequena e restrita experiência com o trabalho em questão, e carregam muito da experiência pessoal com outros movimentos populares (Movimento dos Trabalhadores Rurais-Sem Terra durante quatro anos, Projeto Esporte para a Cidadania com uma comunidade localizado na periferia de São Carlos/SP, mais especificamente na Cidade Araci e no Curso Pré-Vestibular da UFSCar que atende os alunos oriundos de uma condição social e econômica baixa também de São Carlos) de quem escreve esse documento.

É justamente por isso que resolvemos socializar essas experiências anteriores para esse relatório com o intuito de contribuir e de trocar possibilidades teóricas e metodológicas que alcançaram resultados satisfatórios em outras realidades e que, talvez, possa convergir para os objetivos desse trabalho com os pescadores artesanais do Rio São Francisco que moram nas localidades em questão.

Nesse sentido, queremos reforçar que os resultados preliminares das Oficinas de Desenvolvimento Comunitário e Gênero são positivos e devem ser muito valorizados. As sugestões e críticas aqui colocadas, em hipótese nenhuma, se colocam em oposição dessa análise. Ao contrário, temos a expectativa de que elas tenham utilidade para o fortalecimento do trabalho. Caso isso não ocorra, não há nenhum problema em serem desconsideradas.

Em síntese, além de realizar uma auto avaliação, uma avaliação geral e sugestões para o trabalho futuro, consideramos de fundamental importância ressaltar a nossa opinião sobre a necessidade de haver acompanhamento sistemático dos grupos como forma de aumentar ainda mais as possibilidades de todos os empreendimentos derem certo, visto que, todos, sem exceção, são as demandas reais de pescadores e seus familiares e, portanto, possuem a mesma ordem de relevância para as comunidades em questão.

Para finalizar, como ilustração e subsídio, estamos anexando um pequeno trecho de um texto do educador Paulo Freire, do livro *Pedagogia da Autonomia – saberes necessários à prática educativa*, pois acreditamos que esse trabalho tenha tido um caráter educativo.

**PEDAGOGIA DA AUTONOMIA, saberes necessários à prática educativa.
Paulo Freire (p. 76 a 80)**

2.6 Ensinar exige apreensão da realidade

Outro saber fundamental a experiência educativa é o quis respeito a sua natureza. Como professor preciso me mover com clareza na minha prática. Preciso conhecer as diferentes dimensões que caracterizam a essência da prática, o que me pode tornar mais seguro no meu próprio desempenho.

O melhor de ponto de partida para essas reflexões é a inconclusão do ser humano de que se tornou consciente. Como vimos, aí radica a nossa educabilidade bem como a nossa inserção num permanente movimento de busca em que, curiosos e indagadores, não apenas nos damos conta das coisas mas também delas poderemos ter um conhecimento cabal. A capacidade de aprender, não apenas para nos adaptar mas sobretudo para transformar a realidade para nela intervir, recriando-a, fala de nossa educabilidade à um nível distinto do nível do adestramento dos outros animais ou do cultivo de planta.

A nossa capacidade de aprender, de que decorre a de ensinar, sugere ou, mais do que isso, implica a nossa habilidade de apreender a substantividade do objeto aprendido. A memorização mecânica do perfil do objeto não é aprendizado verdadeiro do objeto ou do conteúdo. Neste caso, o aprendiz funciona muito mais como paciente da transferência do objeto ou do conteúdo do que como um sujeito crítico, epistemologicamente curioso, que constrói o conhecimento do objeto ou participa de sua construção. É precisamente por causa dessa habilidade de apreender a substantividade do objeto que nos é possível reconstruir um mal aprendido, o em que o aprendiz foi por paciente da transferência do conhecimento feita pelo educador.

Mulheres e homens, somos os únicos seres que, social e historicamente, nos tornamos capazes de apreender. Por isso somos únicos em que apreender é uma aventura criadora, algo, por isso mesmo, muito mais rico do que meramente repetir a lição dada. Apreender para nós é construir, reconstruir, constatar para mudar, o que não se faz sem abertura ao risco e à aventura do espírito.

Creio poder afirmar, na altura dessas considerações, que toda prática educativa demanda a existência de sujeitos, um que, ensinando, aprende, outro que aprendendo ensina, daí seu cunho gnosiológico; a existência de objetos, conteúdos a serem ensinados e aprendidos; envolve o uso de métodos, de técnicas, de materiais; implica, em função de seu caráter diretivo, objetivo, sonhos, utopias, ideais. Daí sua politicidade, qualidade que tem a prática educativa de ser política, de não poder ser neutra.

Especificamente humana a educação é gnosiológica, é diretiva, por isso política, é artística e moral, serve-se de meios, de técnicas, envolve frustrações, medos, desejos. Exige de mim, como

professor, uma competência geral, um saber de sua natureza e saberes especiais ligados à minha atividade docente.

Como professor, se minha opção é progressista e venho sendo coerente com ela, se não me posso permitir a ingenuidade de pensar-me igual ao educando, de desconhecer a especificidade da tarefa do professor, não posso, por outro lado, negar que o meu papel fundamental é contribuir positivamente para que o educando vá sendo o artífice de sua formação com a ajuda necessária do educador. Se trabalho com crianças, devo estar atento à difícil passagem ou caminhada da *heteronomia* para a *autonomia*, atento à responsabilidade de minha presença que tanto pode ser auxiliadora como pode virar perturbadora da busca inquieta dos educandos; se trabalho com jovens ou adultos, não menos atento devo estar com relação a que o meu trabalho possa significar como estímulo ou não a ruptura necessária com algo defeituosamente assentado e à espera de superação. Primordialmente, minha posição tem de ser a de respeito à pessoa que queira mudar ou que recuse mudar. Não posso negar-lhe ou esconder-lhe minha postura mas não posso desconhecer seu direito de rejeitá-la. Em nome do respeito que devo aos alunos não tenho por que me omitir, por que ocultar a minha posição política, assumindo uma neutralidade que não existe. Esta, a omissão do professor em nome do respeito ao aluno, talvez seja a melhor maneira de desrespeitá-lo. O meu papel, ao contrário, é o de quem testemunha o direito de comparar, de escolher, de romper, de decidir e estimular a assunção desse direito por parte dos educandos.

Recentemente, num encontro público, um jovem recém entrado na universidade me disse cortesmente:

“Não entendo como o senhor defende os sem-terra, no fundo, uns baderneiros criadores de problemas”.

“Pode haver baderneiros entre os sem-terra”, disse, “mas sua luta é legítima e ética”. “Baderneira” é a resistência reacionária de quem se opõe a ferro e a fogo à reforma agrária. A imoralidade e a desordem estão na manutenção de uma “ordem” injusta.

A conversa aparentemente morreu aí. O moço apertou a minha mão em silêncio. Não sei como terá tratado a questão depois, mas foi importante que tivesse dito o que pensava e que tivesse ouvido de mim o que me parece justo que devesse ser dito.

É assim que venho tentando ser professor, assumindo as minhas convicções, disponível ao saber, sensível à boniteza da prática educativa, instigado por seus desafios que não lhe permitem burocratizar-se, assumindo minhas limitações, acompanhadas sempre do esforço por superá-las, limitações que não procuro esconder em nome do respeito que me tenho e aos educandos.